

## Relembre as lutas em prol dos interesses dos associados



**Atuação do  
nosso Jurídico  
fez a diferença...**

**AINDA NÃO É  
FILIADO AO  
SISEJUFE ?**



**SINDICALIZE-SE**

**FORTALEÇA  
O SINDICATO  
E AS LUTAS  
DA CATEGORIA.**



**Aproxime a câmera do seu celular no QR CODE  
ao lado para preencher a ficha de filiação  
ou acesse [www.sisejufe.org.br](http://www.sisejufe.org.br)**

## Atuação da assessoria jurídica em defesa da categoria resulta em muitas vitórias

**As** servidoras e os servidores sindicalizados ao Sisejufe contam com uma renomada equipe de assessoria jurídica, sempre atenta aos fatos que podem influenciar individual ou coletivamente a vida laboral dos filiados e filiações. Para lembrar as atuações, preparamos um compilado com as principais lutas dos últimos anos.

O trabalho do nosso jurídico compreende atendimentos individuais, reuniões, estudos de casos e teses, elaboração de peças administrativas e judiciais, audiências com magistrados nas diversas etapas de um processo, sustentações orais, qualificação permanente, organização interna, entre outras providências exigidas de advogados e da equipe que com eles divide a responsabilidade de tornar realidade a defesa dos interesses jurídicos de uma categoria específica, em especial com a qualificação dos servidores do Poder Judiciário da União. É importante ressaltar, ainda, que as estratégias e ações são sempre baseadas no diálogo com os diretores do Departamento Jurídico e a Diretoria do sindicato.

Coordenado pelo diretor Lucas Costa, o Departamento Jurídico tem ainda como membros os diretores Alexandre Oliveira, Dulavim de Oliveira, Eunice Barbosa, Licius Coelho, Lucena Pacheco, Ricardo Azevedo, Ronaldo das Virgens, Soraia Marca e Valter Nogueira. A assessoria jurídica está sob responsabilidade do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados.

Nos últimos três anos, o sindicato obteve muitas conquistas. Resgatamos as principais, como você vê a seguir:

# VITÓRIAS

## Abono de Permanência deve compor a base de cálculo da licença-prêmio

(junho/2023)

Servidor público aposentado teve o direito de receber o valor atualizado da licença-prêmio não gozada, incluindo o valor do abono de permanência

## Servidora consegue reestabelecer banco de horas indevidamente suprimido

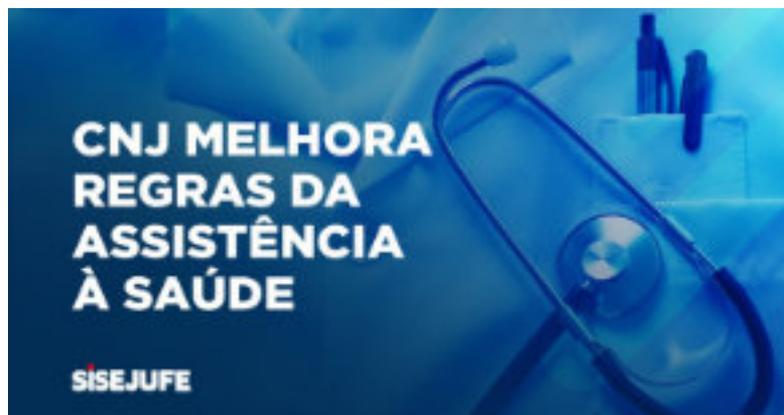
(maio/2023)

Sob a justificativa de terem expirado, administração havia determinado a supressão de diversas horas extras de servidora pública

## CNJ melhora regras da assistência à saúde

(maio/2023)

Entre as mudanças, destacam-se o reembolso de despesas com planos privados e aumento do limite em caso de pessoas com doença grave, deficiência ou acima de 50 anos



## Sisejufe obtém decisão que reconhece aos policiais judiciais com porte de arma funcional o direito de adquirir o porte para defesa pessoal

(abril de 2023)

Na ação, o juízo acolheu o argumento de que os agentes e inspetores de polícia têm risco presumido decorrente do exercício da atividade



## Sisejufe restaura justiça em normativo sobre assédio moral

(março/2023)

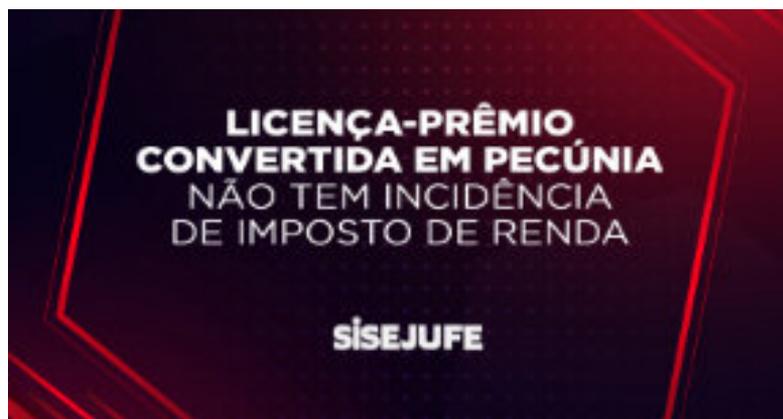
Ato nº 45/2022, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, havia sido alterado em prejuízo ao combate à violência laboral



## Licença-prêmio convertida em pecúnia não tem incidência de Imposto de Renda

(março/2023)

Justiça garante a isenção do Imposto de Renda de servidora pública aposentada em pagamento de licença-prêmio em pecúnia



## Sindicato reverte decisão que extinguiu processo referente ao serviço extraordinário das Eleições 2020

(outubro/2022)

Decisão reconheceu a legitimidade sindical para atuar em juízo em prol da defesa do direito de seus substituídos, independentemente do número de beneficiados



## Servidores têm reconhecido direito a reajuste remuneratório

(outubro/2022)

União foi condenada ao pagamento de valores devidos a servidores públicos, em razão de enquadramento equivocado após a edição da Lei nº 12.774/2012

## Servidora aposentada garante imediato pagamento de adicional de qualificação

(janeiro/2022)

Valor devido à título de reenquadramento já tinha reconhecimento administrativo, porém sem qualquer previsão de pagamento pela administração pública

## Administração não pode anular aposentadorias com base na EC 103/2019

(janeiro/2022)

A anulação de aposentadorias já em gozo e constituídas na vigência da Emenda Constitucional 20/1998 viola o direito adquirido e o ato jurídico perfeito

## Servidores da Justiça Federal do RJ garantem aposentadoria integral e com paridade

(janeiro/2022)

Servidores que tinham direito à aposentadoria voluntária com remuneração integral e com paridade aos servidores na ativa não podem ser prejudicados por aposentadoria involuntária por invalidez em condições menos vantajosas

## É ilegal o corte do pagamento cumulado de GAE e VPNI

(dezembro/2021)

4ª Vara Federal do Distrito Federal determina que seja mantido/restabelecido o pagamento cumulativo de GAE e VPNI aos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais



## Sisejufe requer à JF, TRT e TRE que exijam comprovante de vacina para ingressar nos Tribunais do RJ

(outubro/2021)

Sindicato objetiva que todas as cortes do Rio adotem essa medida de precaução

## Sisejufe garante decisão favorável, em parte, na ação judicial contra o retorno ao trabalho presencial no TRE-RJ

(setembro/2021)

Foi concedida tutela de urgência para determinar à União que se abstenha de exigir o retorno ao trabalho presencial dos servidores de grupo de risco ou que tenham desenvolvido sintomas graves da Covid-19

## Imóvel sindical é isento de IPTU

(julho/2021)

Constituição Federal garante a isenção fiscal sobre imóveis de entidade sindical

## Ausência de previsão orçamentária não impede recebimento de verba já reconhecida administrativamente

(abril/2021)

Servidor Público com débito reconhecido como devido pela Administração não pode aguardar por tempo indeterminado para o recebimento

## Período na iniciativa privada e anotado na CTPS deve contar para fins de Certidão de Tempo de Contribuição

(março/2021)

Servidor público tem reconhecido direito ao cômputo de período de trabalho junto à iniciativa privada, devidamente registrado em sua CTPS, para fins de tempo de contribuição e preenchimento dos requisitos do Regime Próprio de Previdência Social



# ATUAÇÕES

## CNJ mantém decisão do CSJT e suspende Residência Jurídica na Justiça do Trabalho

(junho/2023)

Processo contou com a intervenção do Sisejufe e outras entidades sindicais



## Auxílio-saúde deve ser uniformizado

(abril/2023)

Após alteração da norma em relação à magistratura, CNJ deve corrigir as disparidades em relação aos servidores



## VPNI de quintos/décimos deve ser reajustada

(maio/2023)

Lei 14.523/2023 determinou a incidência sobre as parcelas remuneratórias

## Sisejufe impetra Mandado de Segurança para que Quintos não sofram absorção

(março/2023)

Lei nº 14.523/2023 não representou aumento remuneratório, mas mera recomposição parcial



**Acesse e comece a economizar em milhares de lojas por todo o Brasil hoje mesmo!**

**[sisejufe.temmaisvantagens.com.br](https://sisejufe.temmaisvantagens.com.br)**





LEIA O QR CODE E SAIBA MAIS

## Auxílio-alimentação e assistência pré-escolar devem ser corrigidos

(março/2023)

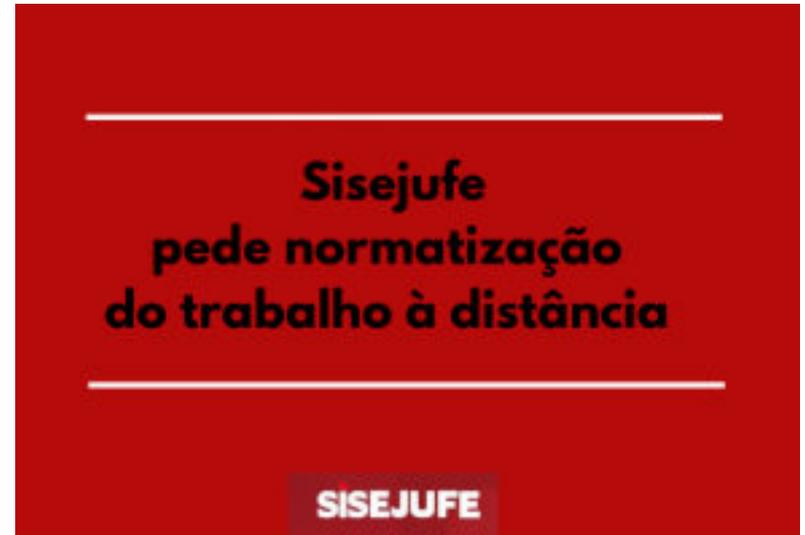
Apesar de o CNJ ter reajustado os benefícios, deixou de considerar parte da variação inflacionária do período



## Categoria deve ser ouvida em relação ao teletrabalho

(janeiro/2023)

CNJ promoveu unilateralmente importantes alterações na jornada dos servidores



## Sisejufe, por meio da assessoria jurídica, pede ingresso na ADI nº 7338, defendendo a constitucionalidade da Lei

(fevereiro/2023)

Associação questiona no STF a exigência de curso de nível superior para técnicos judiciários (Lei nº 14.456/22)



## Sisejufe solicita aos tribunais a não absorção dos quintos

(janeiro/2023)

Lei nº 14.523/2023 não representou aumento remuneratório, mas mera recomposição parcial



## CSJT pretende regulamentar o Programa de Residência Jurídica

(agosto/2022)

Sisejufe pediu ingresso no processo demonstrando irregularidades no Programa

## Cursos de reciclagem GAS: Sisejufe recorre ao CJF para que custos dos exames médicos sejam pagos pela Administração do TRF2 e SJRJ

(agosto/2022)

Programa de Reciclagem Anual para fins de percepção da GAS foi criado pela Administração, que deve arcar com as despesas dos exames exigidos pelo órgão

## Sisejufe vai ao CNJ contra reestruturação de FCs

(abril/2022)

Norma do TRF-2 desprestigia a priorização do primeiro grau de jurisdição

## Sisejufe ingressa com ação coletiva para anular decisão que determinou a suspensão dos créditos do banco de horas dos servidores

(dezembro/2021)

Diretoria-Geral do TRE-RJ suspendeu de forma ilegal tais créditos em razão de entendimento do TCU exarado em outro procedimento

## Condições especiais de trabalho para o cuidado de dependentes com deficiência ou doença grave

(agosto/2023)

Sisejufe pede ao CNJ providências para cessar ilegal restrição ao deferimento das condições especiais de trabalho instituídas pela Resolução CNJ nº 343/2020

## Mês do Aleitamento Materno: Sisejufe requer ao TRT1 ampliação do prazo de condições especiais de trabalho às lactantes

(agosto/2023)

Entendimento da OMS concedeu maior período às lactantes para que permaneçam exercendo o labor com jornada reduzida



## Sisejufe intervirá em processo no STF sobre a instituição de VPNI

(agosto/2023)

Supremo Tribunal Federal decidirá sobre a possibilidade de instituição de VPNI, pela via judicial, para garantia da irredutibilidade de vencimentos dos servidores

## Sisejufe atua para impedir restrição ao pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança

(agosto/2023)

O sindicato pediu ingresso em processo administrativo, no âmbito do TRT1, que trata da regulamentação do pagamento da GAS



## CNJ não pode decidir sobre representatividade de sindicatos

(outubro/2021)

Proposta atribui à Administração Judiciária a escolha sobre com qual entidade sindical poderá negociar

## Oficiais de justiça: Sisejufe ajuíza ação coletiva contra corte ilegal da VPNI de quintos

(setembro/2021)

Administração se adianta à análise coletiva do tema pelo TCU e impõe graves perdas remuneratórias aos segmento



## Sisejufe apresenta pedido de providências ao CJF e CSJT a fim de que seja implementada nova política de segurança institucional

(julho/2021)

Após o CNJ regulamentar a criação da Polícia Judicial, tribunais devem se ajustar às regras

## Sindicato ajuíza ação coletiva para que parcela remuneratória seja absorvida conforme previsão legal

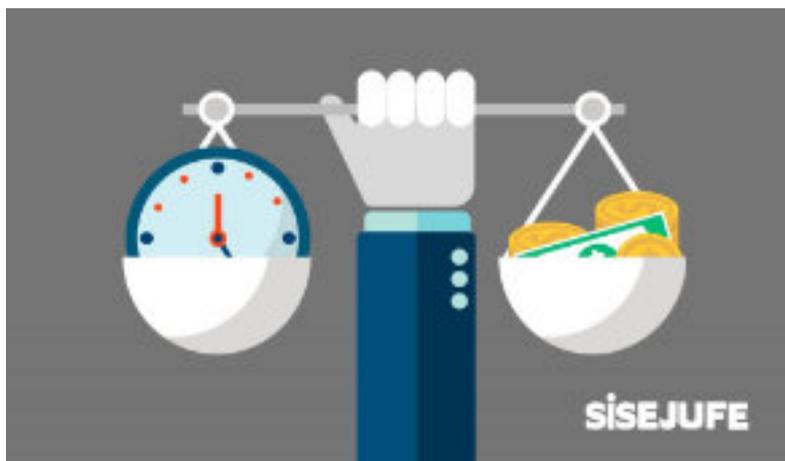
(junho/2021)

Segundo o art. 6º da Lei nº 13.317/2016, VPI seria absorvida a partir de 2019, mas Administração adiantou equivocadamente a absorção para o ano de 2016

**Sisejufe entra com Mandado de Segurança para reaver créditos subtraídos do banco de horas dos servidores do TRE-RJ**

(março/2021)

Para o Jurídico do sindicato, nova interpretação não pode atingir atos já consolidados



**Assessoria jurídica do Sisejufe reforça que “trabalhar em dia não útil é jornada extraordinária”**

(dezembro/2020)

O cumprimento da jornada semanal em nada interfere no direito à hora extra quando o servidor trabalha em finais de semana e feriados

**Mandado de segurança contra TRE: Quem trabalha no recesso forense tem direito à hora extra**

(dezembro/2020)

É ilícito não reconhecer o serviço extraordinário dos servidores que trabalharam remotamente na pandemia

Aponte a câmera do celular para o QR Code e leia, na íntegra, as ações nas quais o Sisejufe vem atuando



# SEDE CAMPESTRE SISEJUFE

**HÁ 10 ANOS A SUA MELHOR  
OPÇÃO DE DESCANSO E LAZER**

**19 confortáveis acomodações,**  
sendo uma com prioridade  
para pessoas com deficiência

**Café da manhã ou pensão completa**

**Brinquedoteca e parquinho infantil**

**Área verde para caminhadas**

**Casa comum com lareira  
e pequenos espaços de conveniência**

**3 piscinas (2 aquecidas)**

**Sauna seca, sauna a vapor e ofurô**

**Área de lazer com espaço gourmet,  
churrasqueiras, campo de futebol e futmesa**

**Forno à lenha e forno de pizza**

**lago com peixes e animais exóticos;  
coelhos, lhamas e galinheiro**

